

## Considerações sobre uma Avaliação do Sistema Educacional Brasileiro\*

Sergio Costa Ribeiro  
junho 1989

### Introdução

A idéia de uma comissão que proceda uma avaliação de qualquer sistema educacional requer uma estratégia consensual, várias etapas e um cronograma factível que leve em conta o grau de disponibilidade de seus membros.

Não acredito que tal tarefa possa ser realizada no Brasil no prazo de um ano como proposto, dada a precariedade de informações disponíveis. Não concordo ainda com qualquer idéia de uma avaliação impressionista baseada na visão, necessariamente fragmentada, dos membros que participem de tal comissão.

Num dos últimos decretos presidenciais, no âmbito educacional, a Presidencia da República incumbe o Ministério da Educação de apoiar projetos de avaliação de cunho nacional dos sistemas de ensino do país. Acredito que é função precípua deste Ministério montar uma equipe permanente que proceda de forma permanente e rotineira a avaliação do sistema educacional tanto em seus aspectos quantitativos quanto de desempenho cognitivo de seus alunos.

Dado os novos preceitos constitucionais com o aumento das responsabilidades das esferas estaduais e municipais na educação básica brasileira corremos o risco de provocarmos uma diferenciação no desempenho das escolas aumentando os desníveis regionais o que seria extremamente pernicioso para futuro do país, caso uma instituição não fornecer indicadores padronizados que possam subsidiar, não só a política estatal, como, também e principalmente, o controle a nível comunitário da escola.

É, por conseguinte, um imperativo moderno para o Ministério da Educação levar a sério uma tarefa como esta, de forma competente e envolvendo a experiência existente

---

\* Encaminhadas aos membros da Comissão de Alto Nível para a Avaliação da Educação Nacional

na comunidade acadêmica da área. Acredito que a função desta comissão deveria ser a de estabelecer estratégias para que o MEC possa iniciar a montagem de tal sistema de avaliação.

### Uma Pequena Contribuição Pessoal

Minha experiência na área de avaliação educacional me leva à convicção de que não tem sentido compartimentalizar um processo de avaliação pelos diversos graus de ensino e sim partir de uma visão integrada do sistema desde a pré-escola até a pós-graduação (de passagem este último setor é o único que o Ministério tem atualmente uma competência estabelecida através da CAPES).

Esta convicção está baseada na constatação do atraso de nosso país na universalização de sua educação básica e na incompetência de nossas escolas. É claro que qualquer tentativa de avançar neste terreno tem que partir de uma vontade política extremamente determinada de fazer cumprir os preceitos constitucionais de alocação dos recursos, nas diversas esferas administrativas, tarefa esta que em parte cabe à esfera Federal.

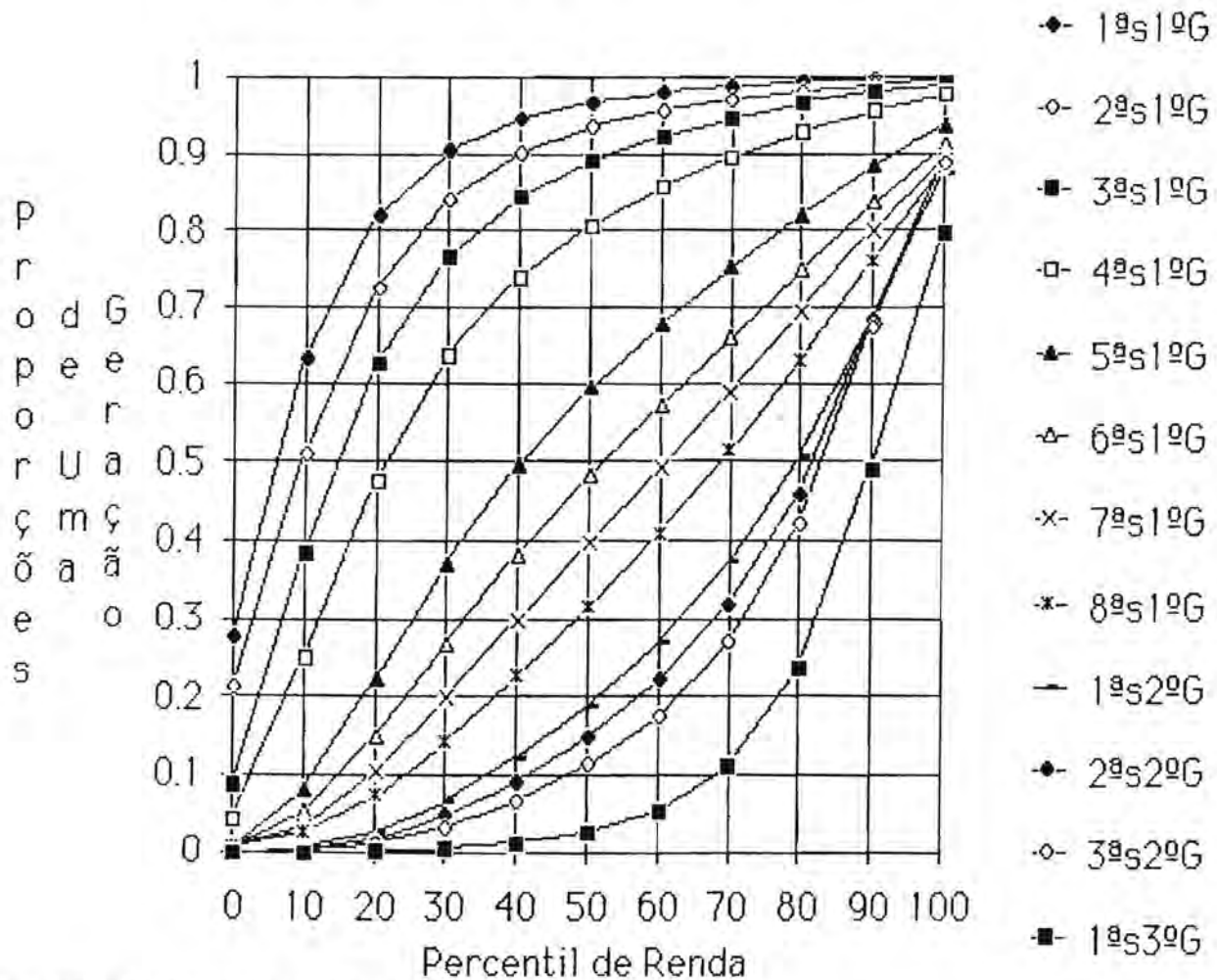
Hoje o desenvolvimento tecnológico produziu um Mundo que caminha inexoravelmente para a internacionalização do capital e para formação de blocos supranacionais que dividirão os países em exportadores e importadores de tecnologia. Fica bastante claro, neste contexto, que esta dicotomia envolve a universalização da educação básica competente como premissa. O modelo de um país com uma pequena elite esclarecida, eventualmente competente, e uma massa de semi-escravos não educados esta fadado ao irreversível papel de importadores incompetentes de tecnologia com sua carga de neo-colonialismo perverso que já caracteriza nossa posição na esfera das nações de hoje. Sem uma vontade política fortemente determinada na direção de uma prioridade máxima na Educação universalizada **competente** seremos tragados para sempre para esta posição neo-colonialista, de explorados.

A gráfico abaixo traduz de forma mais eloqüente que quaisquer palavras a realidade formal de nossa educação e o caminho que teremos que percorrer para não perdermos definitivamente o bonde da história.

Possuindo a pior distribuição de renda entre todas as nações do planeta somos também o país com a pior distribuição de educação formal (e nada ou pouco sabemos sobre a competência cognitiva desta educação).

### Taxas de Participação por Percentil de Renda e Série

Série e Grau



Fonte: Modelo PROFUXO aplicado aos dados da PNAD 82\*

No gráfico estão representadas as taxas de participação da população jovem brasileira, isto é, que completaram com sucesso a série (até 29 anos de idade) em proporções de uma geração, isto é, em proporções do número de indivíduos numa idade de referência, digamos 25 anos de idade, (cerca de 3 milhões de pessoas) por percentil de renda familiar *per capita*, para cada série do sistema formal de ensino até a primeira série da universidade.

*Respostas para Felipe  
sua dúvida sobre*

\*"Modeling Education System Performance with Demographic Data - An Introduction to the Profuxo Model", Philip R. Fletcher e S. Costa Ribeiro, UNESCO, Paris, 1989, (mimeo)

Vemos que só conseguimos universalizar (formalmente) o 1º Grau ao nível de menos de 90% para os 2% mais ricos da população, quando a lei mandatária constitucional de 1967 já determinava sua universalização para o **total** da população brasileira!

Vemos, também, que os pontos de estrangulamento do sistema (onde ocorre a maior evasão escolar) são da 4ª para a 5ª série do 1º Grau e da 8ª série para a 1ª série do 2º Grau. A seletividade do Vestibular é um degrau de menor importância para o futuro mediato deste drama.

Omito propositalmente qualquer sugestão de encaminhamento de estratégias ou de soluções para o problema, tenho certeza que esta tarefa cabe à reflexão desta comissão, às diversas esferas administrativas e legislativas do Estado e à sociedade brasileira em seu todo.